

**SEQ21253/2019/GJU**

Belo Horizonte, 26 de julho de 2019.

**À CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL - CTOS**

**A/C Márcio Melo Franco Júnior**

Defensoria Pública da União  
Rua Pouso Alto, 15, Bairro Serra  
Belo Horizonte-MG  
CEP: 30.240-180

**REF.: ENCAMINHAMENTO 37ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL (CTOS):  
DEMANDAS INDIVIDUAIS DE NAQUE**

Prezados Senhores,

A **FUNDAÇÃO RENOVA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosamente, por seu representante abaixo assinado, cumprindo encaminhamento da 27ª reunião da CTOS, responder as demandas individuais da Sra. Valeriana, de Naque – MG.

- 1. DEMANDA:** *"Informo que recebi a indenização por danos gerias pela Fundação Renova em 10 de novembro de 2017, com pagamento complementar realizado em 04/05/2018, referente às diferenças de valores (lucro cessante). Ressalto que assinei a proposta de indenização e recebi os valores, porém discordo da forma como foi realizada a valoração de minhas criações e plantas pela Fundação Renova, não compreendendo a forma de calcular e como chegaram aos valores praticados em sua tabela de danos."*

A metodologia do Cadastro Integrado foi desenvolvida com a participação de representantes de Instituições Públicas e demais entidades que compõem as instâncias de Governança da Fundação Renova, especialmente aquelas vinculadas à Câmara Técnica de Organização Social (CTOS). Entre os órgãos técnicos delas, destaca-se o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), órgão gestor do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, o qual conta atualmente com um cadastro de 26.925.187 famílias e 74.571.141 pessoas (CadÚnico, set./2018) e serve como base para tomada de decisões e concessões de programas sociais, como o Programa Bolsa Família.

Seu fluxograma foi construído com as seguintes etapas básicas:

1. Elegibilidade ao programa a partir da manifestação de solicitação de cadastro;
2. Geolocalização do endereço de impacto e residencial (indexação);
3. Mobilização das famílias atingidas;
4. Aplicação de pesquisa em domicílio ou no Plantão Social (Fase 1 – Socioeconômica);
5. Visita técnica na propriedade (Fase 2 – Vistoria);
6. Saneamento dos dados;
7. Entrega do formulário impresso;
8. Validação das informações pela família.

Ao fim desse fluxo, as informações obtidas pelo Programa de Cadastro são repassadas aos demais programas de reparação, por meio de um portfólio, compreendido pelo formulário respondido e uma ficha com uma avaliação dos danos autodeclarados. Nos casos em que são constatados danos materiais ou às atividades econômicas, tal como a produção agropecuária, integra-se ao portfólio do cadastro um laudo de avaliação – elaborado segundo as diretrizes contidas na NBR14653 da ABNT, que versa sobre avaliação de bens e negócios.

O laudo de avaliação de danos é orientado por um Caderno Metodológico. Este é a base das informações que sustenta a sua elaboração, contendo informações detalhadas sobre (i) critérios e metodologias aplicadas na avaliação, (ii) realização de vistoria de campo, (iii) avaliação patrimonial, e (iv) especificação alcançada na avaliação, conforme pode ser verificado no documento anexo.

O mencionado laudo, dentre outras informações, aponta (i) o objetivo da avaliação, (ii) identificação e caracterização dos bens avaliados, (iii) indicação dos métodos de avaliação utilizados, bem como (iv) o resultado da avaliação e sua data de referência.

Assim, uma vez recebido o portfólio elaborado pelo Programa de Cadastro, o Programa de Indenização Mediada analisa e confere todas as informações ali contidas e, caso sejam identificados danos de natureza agropecuária no laudo de avaliação, passa a ser verificada a existência de (i) dano material /ou (ii) lucros cessantes.

Com relação ao dano material, este diz respeito a perda ou danos causados em equipamentos, benfeitorias não reprodutivas – como exemplo, infraestrutura rural – e semoventes. Caso se verifique, então, a ocorrência de danos materiais, o Programa de Indenização Mediada faz constar esses itens na proposta de indenização e atualiza o valor financeiro de cada item a ser indenizado até a data da elaboração da proposta.

Por sua vez, quando é identificada a perda produtiva de algum cultivo, por exemplo, verifica-se a ocorrência de prejuízos que levam ao pagamento de lucros cessantes. Nesse contexto, em regra, o laudo de avaliação de danos traz diversos tipos de cultivo impactados pelo rompimento da barragem de Fundão.

No entanto, o laudo aponta o valor do lucro cessante referente a vida útil de cada cultivo – que geralmente é de um ano. O Programa de Indenização Mediada, então, faz um novo cálculo, trazendo para a realidade dos Atingidos – que continuam suportando o dano –, considerando o período de 38 meses, referente a dois meses do ano de 2015, e aos anos de 2016, 2017 e 2018, além de atualizar o valor financeiro de cada item a ser indenizado até a data da elaboração da proposta.

Isto explicado, a Fundação Renova aproveita a ocasião para anexar o Caderno Metodológico específico de Naque, que traz a base para as valorações que foram realizadas.



Caso, após essa devolutiva, ainda assim persista alguma discordância em relação à "forma como foi realizada a valoração de minhas[suas] criações e plantas", a Fundação Renova solicita que seja identificado, especificamente, quais são os pontos de discordância, para que possa providenciar a resposta técnica que permite o esclarecimento das questões específicas.

- 
- 2. DEMANDA:** *"Informe que minha filha Sara Gomes, é estudante do curso de Engenharia Elétrica na Faculdade Pitágoras de Ipatinga onde cursou até o terceiro período com bolsa de estudo no valor de 50% de desconto na mensalidade. Solicitei que a Fundação Renova intervisse junto a Faculdade para que minha filha voltasse a ter o valor de desconto. Devido a demora para recebimento dos valores de indenização, tive que interromper o pagamento das boletas da escola de meu filho Marcos Gomes de Souza, solicitei apoio a Fundação Renova, não obtendo retorno quanto a essa demanda.."*

A FUNDAÇÃO esclarece que o Programa de Indenização Mediada ("PIM") foi elaborado com o objetivo de indenizar pessoas e micro e pequenas empresas que tenham sofrido danos materiais ou morais, bem como perdas referentes às suas atividades econômicas, em consequência direta do rompimento da barragem de Fundão, de forma rápida, sem a burocracia e os custos de uma ação judicial. Nesse contexto, a FUNDAÇÃO informa que o pedido de apoio em relação à faculdade e à escolha dos filhos está fora do escopo do programa.

- 
- 3. DEMANDA:** *"Ao Programa de Indenização por danos gerais, solicitei também a inclusão no cadastro e recebimento dos valores relativos a pesca, pois eu e os membros da minha família pescávamos para consumo próprio. Status da demanda: Não atendida."*

Inicialmente, a Fundação esclarece que o Programa de Indenização Mediada ("PIM") foi elaborado com o objetivo de indenizar pessoas e micro e pequenas empresas que tenham sofrido danos materiais ou morais, bem como perdas referentes às suas atividades econômicas, em consequência direta do rompimento da barragem de Fundão, de forma rápida, sem a burocracia e os custos de uma ação judicial. Para que o(a) Atingido(a) possa ser atendido(a) no PIM, é preciso ser antes cadastrado.

Todas as pessoas que se consideram atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão podem solicitar o cadastramento para relato de seus danos, que serão analisados e mensurados conforme metodologia certificada pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Perícias. O Cadastro Integrado tem como objetivo efetuar o levantamento de informações de forma individualizada, avaliando os danos das pessoas físicas e jurídicas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão independente de qual a sua profissão. O que importa não é o ofício exercido, mas sim o dano sofrido.

Assim, se o cadastro constata que alguém foi diretamente impactado pelo rompimento da barragem de Fundão, esse Atingido(a) é encaminhado ao PIM, onde deverá apresentar comprovações dos danos sofridos e de sua extensão. Essas comprovações devem ser capazes de atestar o quanto o(a) Atingido(a) costumava auferir de renda antes do rompimento da barragem, o que é necessário para ser possível calcular o lucro cessante sofrido.

A FUNDAÇÃO tem ciência de que muito(a)s do(a)s cadastrado(a)s não contam com as devidas comprovações dos danos sofridos e de sua extensão. Por essa razão, firme em seu propósito de tentar ir além em prol do(a) Atingido(a), a FUNDAÇÃO busca construir políticas indenizatórias, capazes de flexibilizar os documentos necessários para o recebimento de indenização, em especial com relação à demonstração do quanto auferiam antes do rompimento da barragem. Com isso, as políticas indenizatórias buscam estimar esse valor após construção coletiva com o(a)s Atingidos(as), com base em metodologia científica.

Isto esclarecido, a Fundação informa que a política de indenização voltada àqueles que pescavam para sua subsistência passa por um processo de reformulação, atendendo a pedidos do(a)s Atingidos(as).

Nesse contexto, a FUNDAÇÃO informa que, conforme cronograma já apresentado à CTOS, estima atender todos o(a)s Atingido(a)s cadastrado(a)s na Campanha 3 até dezembro deste ano. A Campanha 3 contempla cerca de 9.000 cadastros, atendendo os seguintes critérios de priorização: i) vulnerabilidade pelo Índice de Desenvolvimento Familiar (priorização das famílias



pelo IDF, em ordem crescente); ii) pescadores profissionais; iii) cadastros com laudos (ex.: danos em agropecuária, comércio e serviços, extrativismo mineral, dentre outros).

- 
4. **DEMANDA:** *"Dentro desse Programa ainda, informo que recebi o pagamento do lucro cessante, porém há divergências quanto aos valores que deveriam ser pagos. Os valores pagos em anos anteriores estão abaixo dos valores reais pagos em 2019. Solicitei revisão, porém sem retorno ainda.."*

A Fundação informa que a Sra. Valeriana recebeu, a título de lucros cessantes referente ao ano de 2017, o valor de R\$40.641,03. Os lucros cessantes referentes ao ano de 2018 foram devidamente pagos no valor de R\$ 52.246,68. A Fundação esclarece que esta diferença de valores, conforme já informado para a Atingida durante a reunião para a assinatura do recebimento dos lucros cessantes, se deve à correção monetária realizada pelo índice IPCA, bem como pela atualização da matriz de danos. Por estas razões, a Fundação compreende que não há necessidade de revisão dos valores, tendo em vista a legalidade das correções aplicadas no pagamento realizado em 2018.

- 
5. **DEMANDA:** *"Declaro que quando assinei junto ao escritório de Indenização em Naque, o termo para recebimento do Auxílio Financeiro Emergencial, ele foi no valor de R\$51.930,00, porém em minha conta para recebimento, a qual é em nome de minha filha Sara Gomes, só foi depositado R\$46.432,00.  
Status da demanda: Não atendida"*

*Ressalto também, que recebo o Auxílio Financeiro Emergencial desde fevereiro de 2018. No entanto, não fui contemplada com os 20% por dependente no cadastro, relativo a meu filho Marcos Gomes Barbosa.  
Status da demanda: Não atendida."*

Esta manifestação não é nova, já tendo sido registrada pela manifestante e respondida pela Fundação Renova, por meio do ofício OFI.NII.082018.3796. Ocorre, porém, que em 17/01/2019, a Sra. Valeriana se recusou a receber o referido ofício alegando erros nos valores informados.

Como já informado nesta C. Câmara, nem todas as devolutivas são positivas, mas uma resposta negativa não é sinônimo de ausência de resposta. Logo, o status dessa demanda não era "não atendida", vez que a Fundação Renova já respondeu esse questionamento.

De todo modo, a Fundação reitera a resposta, conforme abaixo.

A família da Sra. Valeriana Gomes De Souza, inscrita no CPF sob o nº 073.566.666-00, é composta por ela e mais 4 membros:

Composição da familiar	Idade Hoje	Idade em 05/11/2015	CPF	Data de nascimento	Relação de parentesco com o responsável
VALERIANA GOMES DE SOUZA	40	37	073.566.666-00	30/09/1978	Responsável
JOSÉ ALAILTON DE ALVARENGA	66	62	189.591.566-04	15/07/1953	Cônjuge
MARCOS GOMES BARBOSA DE SOUZA	23	19	137.933.126-90	23/03/1996	Filho(a)
SARA GOMES BARBOSA DE SOUZA	21	17	018.669.966-22	21/12/1997	Filho(a)
JOSÉ ALAILTON ALVARENGA FILHO	11	8	#ND	12/09/2007	Filho(a)

Em março de 2018 a Sra. Valeriana recebeu o valor retroativo de AFE R\$46.432,12 correspondente a 01 salário mínimo, 01 cesta básica e o adicional de 40% correspondente aos filhos Sara Gomes Barbosa de Souza e José Alailton Alvarenga Filho, conforme abaixo:

Soma	Retroativo 1	Justificativa
Salário mínimo + cesta básica	36.316,92	Entrou em fevereiro de 2018. Agricultura. Crédito retroativo de novembro de 2015.
Salário mínimo	25.288,00	
Cesta Básica	11.028,92	
Dependente (SARA GOMES BARBOSA DE SOUZA)	5.057,60	



	79.854,79	Valor Recebido	12/2018	
	6.393,20	Diferença a maior	12/2018	
	73.461,59	Valor Total Retroativo com 03 DP	12/2018	
CEF	1.998,70	Crédito mensal JAN 19	02/01/2019	03 dependentes
CEF	2.005,51	Crédito mensal FEV 19	01/02/2019	03 dependentes
CEF	2.002,20	Crédito mensal MAR 19	01/03/2019	03 dependentes
CEF	2.021,80	Crédito mensal ABR 19	01/04/2019	03 dependentes
CEF	2.040,06	Crédito mensal MAI 19	02/05/2019	03 dependentes
CEF	2.053,71	Crédito mensal JUN 19	03/06/2019	03 dependentes
CEF	2.021,65	Crédito mensal JUL 19	01/07/2019	03 dependentes

**Nota:**

ALELO – Operadora Alelo

CEF – Operadora Caixa Econômica Federal

Como pode ser verificado na planilha acima, foi depositado em outubro de 2018, pelo Programa de AFE o **valor a maior** de R\$6.393,20. Neste sentido, de março a dezembro de 2018 a Sra. Valeriana recebeu o montante de R\$79.854,79, porém, sem a diferença a maior, deveria ter recebido o montante R\$73.461,59.

A Sra. Valeriana abriu manifestação na Fundação Renova questionamento os pontos abaixo:

- “Declaro que quando assinei junto ao escritório de Indenização em Naque, o termo para recebimento do Auxílio Financeiro Emergencial, ele foi no valor de R\$51.930,00, porém em minha conta para recebimento, a qual é em nome de minha filha Sara Gomes, só foi depositado R\$46.432,00.”
- “Ressalto também, que recebo o Auxílio Financeiro Emergencial desde fevereiro de 2018. No entanto, não fui contemplada com os 20% por dependente no cadastro, relativo a meu filho Marcos Gomes Barbosa.”

Em relação ao primeiro questionamento, o Programa esclarece que, para receber o AFE os(as) Atingidos(as) não assinam documento algum com valores. Além disso, os depósitos dos pagamentos foram realizados em nome da atingida. Cabe ressaltar, que a mesma recebeu valor



a maior e não a menor como tem alegado em sua manifestação. É possível que a ora manifestante possa ter confundido os valores da indenização com os valores depositados pelo AFE.

Em relação ao segundo questionamento, o pagamento do retroativo de 20% do salário mínimo correspondente ao filho Marcos foi devidamente pago em setembro de 2018. A Fundação não possui evidências de que seu filho estava estudando ou estuda após completar os 21 anos para manutenção do pagamento como dependente. É considerado dependente o filho que comprove vínculo parental com o titular do AFE e que: **i.** Seja menor de 21 anos, ou; **ii.** tenha entre 21 e 24 anos completos e curse o ensino regular, ou; **iii.** tenha mais de 21 anos e possua deficiência física ou intelectual ou doença grave que o impeça de exercer atividade laboral.

\* \* \*

Sendo o que cumpria para o momento, atendendo aos requerimentos dessa C. Câmara, a FUNDAÇÃO RENOVA, renovando seus protestos de estima e consideração, subscreve a presente.

Atenciosamente,



**FUNDAÇÃO RENOVA**

LUIZ CLAUDIO ZUMPARO

GERENTE DOS PROGRAMAS DE INDENIZAÇÃO MEDIADA E DE AUXÍLIO FINANCEIRO EMERGENCIAL